

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

QUÊNIA ALVES DE ARAÚJO

**A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) NO BRASIL: os desafios
do processo de ensino-aprendizagem**

IPAMERI (GO)

2021

QUÊNIA ALVES DE ARAÚJO

A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) NO BRASIL: os desafios
do processo de ensino-aprendizagem

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Federal Goiano, Campus Avançado
Ipameri, como requisito parcial para a obtenção
do título de Especialista em Docência no
Ensino Superior.

Orientadora: Prof.^a Me. Hilma Aparecida
Brandão

IPAMERI (GO)

2021

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

Araújo, Quênia
AAR663 A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) NO
p BRASIL: os desafios do processo de ensino-
aprendizagem / Quênia Araújo; orientadora Hilma
Brandão. -- Ipameri, 2021.
19 p.

Monografia (Graduação em Programa de Pós-Graduação
Lato Sensu Docência no Ensino Superior) -- Instituto
Federal Goiano, Campus Ipameri, 2021.

1. Desafios. 2. Aprendizagem. 3. Ensino. 4. COVID-
19 - Brasil. I. Brandão, Hilma, orient. II. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 4/2021 - CMPAIPA/IFGOIANO

ATA Nº 04/2021

BANCA EXAMINADORA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, às 10h15min (dez horas e quinze minutos) reuniram-se os componentes da banca examinadora em sessão pública realizada por videoconferência, para procederem a avaliação da defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em nível de especialização, intitulado "A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2) NO BRASIL: os desafios do processo de ensino-aprendizagem", de autoria de **Quênia Alves de Araújo**, discente do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Docência do Ensino Superior, do Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A sessão foi aberta pelo(a) presidente da Banca Examinadora, Prof. M.a. Hilma Aparecida Brandão, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida o(a) autor (a) para, em 30 min., proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o(a) examinado(a), tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se a avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Docência do Ensino Superior, e procedidas às correções recomendadas, o Trabalho de Conclusão de Curso foi **APROVADO**, com a média final **10,0**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior, na área de concentração em Educação, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega na secretaria do Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Docência do Ensino Superior da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior, com as devidas correções. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A Banca Examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos desse Trabalho de Conclusão de Curso em periódicos após procedida as modificações sugeridas. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora

Nome	Instituição	Situação no Programa
Hilma Aparecida Brandão	IFGoiano - Campus Avançado de Ipameri	Presidente
Josias José da Silva Júnior	IFGoiano - Campus Avançado Ipameri	Membro interno
Janaína Borges de	IFGoiano -Goiás	Membro externo

Azevedo França

Documento assinado eletronicamente por:

- **Janaína Borges de Azevedo França, Janaína Borges de Azevedo França - 411005 - Auxiliar administrativo - Instituto Federal Goiano - Campus Avançado Ipameri (10651417000844)**, em 05/04/2021 08:24:37.
- **Quênia Alves de Araújo, 2019212301630335 - Discente**, em 05/04/2021 15:24:38.
- **Josias Jose da Silva Junior, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CC-IPA**, em 31/03/2021 09:43:14.
- **Hilma Aparecida Brandao, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 30/03/2021 18:11:45.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 254686

Código de Autenticação: 2a500eaff8



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Avançado Ipameri
Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000
(64) 3491-8400

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em conhecer os desafios e aprendizados de professores e alunos no processo educacional brasileiro até o presente momento da Pandemia da COVID-19. Acredita-se que a relevância do texto está relacionada com a necessidade de reflexão do atual cenário da educação brasileira, além de ser um ato de respeito a todos os educadores e alunos que sofrem com o descaso histórico dos governantes neste momento singular. Adianta-se que o texto apresenta, metodologicamente, uma abordagem qualitativa a qual propõe uma discussão por meio de revisão bibliográfica e documental, com diferentes pontos de vistas sobre a temática, entre eles Pasini; Carvalho; Almeida (2020), Arruda (2020), Ribeiro (2020), dentre outros. O artigo está estruturado, por uma seção e uma subseção. Na primeira apresenta-se uma discussão sob o viés dos professores e realidades distintas de enfrentamento. Já na segunda, as reflexões se pautam sob a perspectiva dos educandos. Concluimos, ao final, que antes de qualquer coisa, o educador, assim como o alunado, no Brasil, consegue “sentir na pele” toda a carga de desigualdade, precarização e descaso histórico para com a educação. A pandemia apenas desnudou essas questões que são tão caras para a sociabilidade, criticidade e emancipação dos sujeitos.

Palavras-chave: Desafios. Aprendizagem. Ensino. COVID-19 – Brasil.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONJUNTURA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	8
2.1	Ensino remoto: desafios e perspectivas apresentados pelos discentes	13
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
	REFERÊNCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do “novo coronavírus” conhecido também como SARS-COV-2 ou COVID-19, implicou desafios que antes eram “utópicos”, no que pese a rigorosidade das medidas de mitigação da disseminação da doença e nas mudanças sociais, as quais são impostas para preservar vidas humanas.

Destarte, dentre os impactos causados no mundo em virtude dessa implicação, a educação necessitou se adequar, assim como quase todos os aspectos da vida social, alterando a rotina escolar de alunos e professores, que desenvolviam suas atividades em “agrupamentos”, participando da socialização e interação cotidiana no ambiente escolar.

Nesse limiar de adaptação, o processo de ensino-aprendizagem necessitou seguir um caminho particular, oferecendo, dentro do período pandêmico, uma solução de modo a garantir a continuidade do ano letivo, sem grandes prejuízos aos discentes. Entretanto, embora considerando como única forma possível para o momento, convivemos com as dificuldades diversas apresentadas por professores e alunos nesse contexto. É nesse aspecto que o presente artigo se apoia.

Sendo assim, a partir das dificuldades, aprendizados, precariedades, inovações, desigualdades e oportunidades, os sujeitos se reinventaram de acordo com as suas condições materiais e emocionais. Muitos, em virtude de uma desigualdade sistêmica, ficaram à margem desse novo ordenamento educacional. Outros mais, tiveram dificuldades de acesso às novas tecnologias, enquanto determinados indivíduos aprenderam com essa realidade. Assim, essa novidade proporciona uma multiplicidade de variedades tanto quanto a forma de aprender bem como de ensinar.

Levando em conta várias interpretações, o presente artigo objetiva conhecer os desafios e aprendizados de professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem até o presente momento da Pandemia da COVID-19.

A escolha da temática sucedeu-se a partir das dificuldades da pesquisadora ante a Pandemia do Novo Coronavírus em realizar o atendimento via telefone dos integrantes das famílias anteriormente visitadas de maneira presencial. Nesse sentido, as adaptações remotas foram implantadas em diversos setores, dentre eles a educação que também foi obrigada a realizar o processo de ensino-aprendizagem de forma não presencial o que exigiu de alunos e professores desafios no cumprimento das atividades.

Para tanto, o texto apresenta, metodologicamente, uma abordagem qualitativa a qual propõe uma discussão por meio de revisão bibliográfica e documental com diferentes

pontos de vistas sobre a temática. A revisão bibliográfica é considerada aqui como “um trabalho de assimilação de conteúdos, de confecção de fichamentos e, sobretudo, de reflexão. É, propriamente, uma pesquisa bibliográfica, o que não exclui capacidade investigativa de conclusões ou afirmações dos autores consultados”. (HENRIQUES; MEDEIROS, 2010, p. 36). Já a pesquisa documental possibilita por meio de análise de documentos inferir informações primárias, ou seja, dados que ainda não foram processados. No artigo em questão foram realizadas consultas a leis e decretos como os Projetos de Lei (13.979, 3.462, 3.466) ambos de 2020.

Além disso, sua importância está no fato de que “faz parte do desenvolvimento do texto e envolve as obras já publicadas, as teorias existentes sobre o fenômeno objeto de estudo. A literatura da área fundamenta a investigação e é ela que fornece hipóteses, variáveis, problemas a serem resolvidos” (HENRIQUES; MEDEIROS, 2010, p. 61)

Para tal, utilizamos diferentes autores e autoras que discorrem sobre este tema, entre eles Pasini; Carvalho; Almeida (2020), Arruda (2020) e Ribeiro (2020). A leitura desses autores nos permitirá uma abordagem qualitativa sobre o tema que a nosso ver se faz importante, pois “é naturalista (porque estuda os objetos e os seres vivos em seus contextos ou ambientes naturais e cotidianos) e interpretativa (tenta encontrar sentido para os fenômenos em função dos significados que as pessoas dão a eles).” (SAMPIERI, CALLADO & LUCIO, 2013, p. 35).

Adianta-se que o artigo está estruturado, além desta introdução e considerações finais, por duas seções teóricas. Na primeira apresenta-se uma discussão sob o viés dos professores e realidades distintas de enfrentamento. Já na segunda, as reflexões se pautam sob a perspectiva dos educandos.

2 CONJUNTURA DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O estado pandêmico foi decretado pela Portaria de número 188, de 3 de fevereiro de 2020, elaborada pelo ministério da Saúde, que declara situação de emergência pelo novo Coronavírus, e, em seguida pela Lei de número 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que trazia as medidas que deveriam ser adotadas para conter o avanço da Pandemia. Desde então, sob o infeliz fato de um vírus devastador, vários foram os desafios mundiais para a mitigação da contaminação, bem como para encontrar soluções temporárias as quais respeitassem a vida

humana, mas que também fossem paliativos na busca de uma “normalidade” conforme o estado das coisas.

A imprevisibilidade de superação deste momento ocorrida com o passar do tempo obrigou que órgãos supranacionais, como a Organização Mundial da Saúde e instituições nacionais, entre elas o Ministério da Educação, pensassem estratégias para continuidade do processo de ensino e aprendizagem no mundo e no Brasil, em especial.

Assim, o Ministério da Educação em consonância com o Conselho Nacional da Educação, emite a nota técnica nº32/2020, considerando como finalidade central de medidas mitigadoras da doença em consonância com a continuidade das atividades escolares, seguindo alguns princípios, os quais analisamos a seguir.

O ponto chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/BRASIL, 2020, p.4)

Nessa envergadura, na intenção de subsidiar, de certo modo, a pluralidade do ensino em meio a este caos, diferentes formas de interligar professores e alunos em um contexto pandêmico surgiram como solução factível. Até porque, “o isolamento social causado pela COVID-19 levou bilhões de humanos à condição de reflexão e ao pensamento da necessidade mais efetiva de se considerar um ser social e histórico, pensante e capaz de encontrar uma saída para a educação da pandemia” (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020).

É importante ressaltar que são várias análises interpretativas as quais apresentam uma pluralidade desta temática, principalmente quando se pensa na democratização desta ação em uma realidade de muitas desigualdades sociais, tal como se insere no território brasileiro.

Especificando a situação da docência durante este período, é imperativo lembrar dos desafios de ordem metodológica, de acesso às tecnologias, distância afetiva para com o alunado, bem como os aspectos psicológicos envolta de toda a situação que ocorre em tempos adversos como estes.

Torna-se também fundamental para a presente discussão, a utilização, agora como regra, das aulas inteiramente na modalidade remota. Isto é, o processo de ensino-aprendizagem sendo desenvolvido por intermédio de um computador em um ciberespaço, por meio da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), até porque,

O novo coronavírus torna a escola um dos espaços mais temidos pelo risco da transmissão, pois a sua multiplicidade e heterogeneidade cria vínculos entre aqueles que são menos propensos aos sintomas graves da doença (jovens) a

todos os demais que podem ser até mortalmente propensos. Crianças e jovens entram em contato diário com adultos de diferentes grupos familiares: professores, profissionais da educação, pais e mães, avôs e avós, parentes de maneira geral (ARRUDA, 2020, p.259).

Compreende-se que, por risco iminente, as aulas remotas surgem como um aspecto fundante entre a necessidade de continuação das atividades escolares e a proteção da saúde pública, tal como esclarece a autora supracitada. As análises são duais.

Posto assim, são várias interpretações a respeito da aula remota pelo uso das TIC's dentro do universo escolar. Se por um lado, neste atual momento, esse tipo de interação se tornou, por vezes, a única saída para o desenvolvimento das aulas, por outro, em uma realidade de profundas disparidades socioeconômicas este acesso não se encontra compatível com uma ideia plural.

Nesse passo, a carência tecnológica se apresenta como um obstáculo a desafiar professores, principalmente, porque o acesso à internet compreende-se como excludente no país, assim, a mediação da Educação a Distância (EaD)¹ professor-internet-aluno, por vezes, ocorre de maneira precária, ou, em muitas das vezes, não acontece.

A maior parte do acesso à internet é realizada por meio de celulares, o que não assegura conectividade compatível com as plataformas de EaD. De fato, conforme o Comitê Gestor da Internet, 2018, o celular é o único meio de acesso à Internet para 85% das chamadas classes D/E e para 61% da classe C. Mais da metade do acesso é por meio da modalidade “pré-pago”. E os pós-pagos, em geral, contratam reduzida capacidade de tráfego de dados (COLEMARX, 2020, p.16).

Além da dificuldade de acesso por parte dos alunos, tem-se ainda como pré-requisito para o acesso de internet, a necessidade se ter o aparelho eletrônico adequado, ou seja, um computador. Todavia, ocorre que, em grande parte das casas das famílias brasileiras, isso não é encontrado, alguns aguardam os pais chegarem do trabalho para usar os seus celulares.

Embora esse assunto corresponda ao tópico seguinte, é importante lembrar, também, que por conta da desvalorização do trabalho docente – fato histórico – muitos desempenhar as aulas de suas casas. Então, não apenas os alunos estão desprovidos de recursos adequados, mas também os professores.

¹ Apesar do EAD já ser uma realidade na educação brasileira, ele estava direcionado quase que na sua totalidade para o Ensino Superior, sendo outra parte para os cursos técnicos profissionalizantes. Na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), a regra geral das escolas, quando utilizavam, tendia para o EAD apenas como forma de educação complementar, sendo autorizado o EAD para casos específicos do Ensino Médio, especialmente para cursos profissionalizantes (PASINI; CARVALHO; ALMEIDA, 2020).

Vale ressaltar que no atual momento, o governo federal, está em curso um desmonte no campo educacional, sobretudo pela retirada de verbas da pasta da educação, ataques públicos aos professores e, ainda, pela supressão de direitos históricos conquistados por duras lutas (trabalhadores em geral).

Frente a tais desafios, parece ainda que, por conta de questões políticas, ideológicas e interesses hegemônicos diversos, inclusive de maior potencialidade de exploração da mão-de-obra docente, algumas dessas medidas paliativas caíram no gosto das classes dominantes que perceberam uma nova forma de expropriação laboral, sob a égide do pensamento neoliberal.

Aqueles que reiteram a tese de que o ensino remoto é uma solução permanente, desconsidera os vários desafios que os professores estão passando durante todo este tempo pandêmico. Nesse sentido, Colemarx (2020), apresenta algumas dessas ocorrências.

Sem respostas prontas, é preciso questionar “soluções” que, mais uma vez, desconsideram os profissionais da educação, desrespeitando seus conhecimentos e experiências, e o fato de que, também, os trabalhadores estão implicados na novidade do isolamento social. Também as/os trabalhadoras/es da educação estão assoladas/os pelas tarefas domésticas, pelo cuidado com suas famílias, em sofrimento em virtude de estarem sujeitos a cortes salariais, em residências com insuficiente acesso à internet e a equipamentos tecnológicos. Os empregadores exigem que os professores usem materiais próprios, adquiridos com seus recursos privados, e, também, tenham familiaridade com meios tecnológicos aplicados na educação que, por serem raros nas escolas, precisam ser conhecidos e avaliados pelos educadores. A mediação pedagógica pelas tecnologias não pode, em hipótese alguma, desconsiderar as condições de produção docente e de recepção dos estudantes, tampouco a necessidade dessa interação presencial, de acolhimento, emergencialmente suspensa (COLEMARX, 2020, p.20).

Diante ao exposto, é nítido que, pela visão das elites econômicas, o ensino remoto traria mais possibilidades de explorações. É o próprio educador que arca com as despesas que não seria de sua responsabilidade, necessita adquirir materiais que proporcionem um ótimo rendimento, ou seja, são mais caros e, ainda, “ficam” com todos os problemas de ordem pessoal, psicológica, entre outros, no seio familiar, o que, nesse contexto, vem contra a sociabilidade do sujeito por intermédio dessa atividade fundamental que é o trabalho.

Tem-se ainda uma dificuldade de operacionalizar as tecnologias correspondentes às plataformas de EaD, tal como lembra Ribeiro (2020), “fomos colocados em uma plataforma

online que muitos não conheciam, sem mencionar a dificuldade de muitos colegas em lidar com a tecnologia.”²

Bohac (2020), por sua vez, argumenta que, “não buscamos nos reinventar. Mas tivemos que nos adaptar. A situação emergencial nos faz abraçar a tecnologia como uma ferramenta pedagógica, na qual nos aproxima das crianças e de seus familiares para uma troca fundamental nesse momento”.³

Existem também casos aos quais uma mudança metodológica radical é mais sentida, Sebastião (2020), por exemplo relata que “é uma situação tensa, pois o meu trabalho diário envolve rodas de conversa, momentos de contar histórias e cantar músicas, atividades de artes, ciências, jogos e brincadeiras presencialmente”.⁴

Araújo (2020), nesse limiar, expõe que, “a qualquer momento somos exigidos a dar conta de tarefas, produção de materiais, envio de aulas e correção”.⁵ Este fato corresponde-se por uma precarização que é evidenciada na modalidade EaD, onde, o dispêndio de força de trabalho toma horas vagas, as quais, normalmente, o professor não se dedicaria normalmente.

Em virtude do momento, como foi apresentado, tudo foi muito inesperado e necessitou de um esforço adicional dos educadores. Assim, estes profissionais buscaram, conforme as suas possibilidades, habilidades (ou falta delas) e conhecimentos, sobressair em nome da continuação da educação, até em situações inóspitas, por vezes.

Se por conta de todas essas ocorrências mencionadas um desgaste profissional, pessoal, emocional foi evidenciado, por outro, meio a tantas adversidades, “talvez tenhamos uma geração mais disposta a valorizar os contatos reais e os espaços de integração social, e acreditamos que a escola não pode perder esse momento”⁶ (GAIA, 2020).

Nesse sentido, é importante considerar que os desafios da profissão docente também estão correlacionados aos aprendizados futuros. É importante analisar por essas múltiplas variáveis decorrentes deste momento ímpar na história da humanidade, todavia, lembrando sempre da criticidade às formas precárias impostas, sejam elas em virtude de situações inesperadas como essa, ou, em segunda análise, durante a “normalidade”.

² Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/depoimentos-sobre-escola-em-casa/>. Acesso em: 02. out. 2020.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem,

Feitas essas considerações sobre o impacto da Pandemia na atuação dos docentes, na próxima seção, uma discussão pelo contexto dos estudantes, diante a essa nova realidade educacional, será evidenciada.

2.1 As dificuldades apresentadas pelos discentes em relação à aprendizagem via ensino remoto.

Ante aos inúmeros desafios postos a professores e alunos na Pandemia do novo coronavírus (COVID-19) é justo comentar, nesta subseção, a respeito do enfrentamento de tal momento por parte dos alunos que possuem realidades distintas e são partes fundantes do ordenamento do ensino-aprendizagem do país.

Pode-se imaginar que, se para os educadores os desafios consistem, dentre eles, como uma forma de “alcançar” os alunos metodologicamente ou pelas dificuldades de interação tecnológica, talvez, no caso dos discentes, um dos mais imperativos questionamentos estão acerca das possibilidades materiais, ou, em outras palavras, na situação econômica a qual viabiliza o pleno processo de aprendizagem, contando, inclusive com o acesso as tais tecnologias informacionais.

Seguindo essa linha interpretativa, é fundamental lembrar, conforme o ColeMarx (2020), que

O uso dos artefatos tecnológicos, por suposto, não pode ser pensado de modo desvinculado das condições de habitação dos estudantes da educação básica e superior. Uma ou mais famílias que dividem o mesmo teto, com quatro ou mais pessoas em isolamento, em um espaço inferior a 50 m², não pode assegurar a concentração mínima para o estudo de seus filhos. E muitos vivem em espaço ainda menor. Moradia é mais do que um teto, mas um espaço em que se possa viver em paz, dignidade e segurança, inclusive sanitária, em suma, condições de habitabilidade e de localização urbanizada. Água potável, energia, iluminação, arejamento são dimensões essenciais da moradia. E isso não é uma realidade para muitos milhões de pessoas, afetando a vida de milhões de crianças e jovens. Os estudos da arquitetura das escolas demonstram que determinadas condições básicas devem ser asseguradas para que seja possível uma interação positiva com os meios tecnológicos e as interações sociais deles advindos (COLEMARX, 2020, p.16)

Em virtude da crise causada pela COVID-19, evidenciaram-se as carências socioeconômicas e socioespaciais no território brasileiro. No que corresponde ao quadro da educação, tornou-se ainda mais evidente que essas disparidades atentam contra a plena possibilidade dos alunos marginalizados se sobressaírem para uma realidade “melhor”.

Sob a persistência dessa adversidade, “nada pode ser mais destrutivo para o conjunto da educação pública na próxima década do que um sistema corroído por ainda maior desigualdade educacional” (LEHER, 2020, p.7).

A Pandemia da COVID-19 apresentou da forma mais perversa que tais disparidades são potencializadoras de misérias generalizadas. Assim, além da carência da renda, uma segregação educacional apenas corrobora com ideias dominantes as quais conservam privilégios das elites.

Embora a problemática da pobreza e da desigualdade seja sistêmica, a Pandemia serviu para desnudar as reais intenções daqueles que governam os países. No Brasil, não é novidade a inclinação de vilipêndio para com a situação dos grupos “minorizados”. A educação não foge desta regra.

Com isso, há realidades nas quais alunos de famílias ricas conseguem ter uma base mais sólida para o aprendizado nesses tempos atípicos. Pais com formação ou com condições de pagar um professor particular, ambiente de estudo equipado, material didático, acesso às tecnologias, entre outros privilégios. Além disso, o poder aquisitivo permite ainda “não se preocupar” com as consequências da contaminação do vírus.

No entanto, a maior parte da população brasileira está inserida em uma situação adversa a esta citada. Nas favelas, em bairros periféricos, em regiões menos desenvolvidas, entre outros, existe ainda a preocupação para sobreviver ao vírus. Posterior a isso, as condições de ambiente e materiais, por vezes, são precárias ou escassas.

Em muitas vezes não há a possibilidade de a família ajudar, seja pelo pouco tempo considerando a necessidade de trabalho (expostos ao perigo!) ou por falta de condições intelectuais e habilidades necessárias ao ensino de conteúdos específicos.

Nessa direção, segundo o Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologia (2020),

Sem escolas, alunos de todas as idades e de todas as camadas sociais permanecem, teoricamente, em casa. Dizemos teoricamente porque não podemos minimizar o debate a respeito das condições de habitação e de vida da população brasileira. Em um país com uma enorme desigualdade social, como o Brasil, é necessário especificar que essa casa, para as classes média e alta, se constitui numa edificação com diversos cômodos, que permite arranjos para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas; já para as classes populares, a casa é, muitas vezes, um único cômodo, onde convivem muitas pessoas, de pequenos a idosos, o que torna praticamente impossível permanecer nesse espaço o dia todo, ou desenvolver qualquer tipo de atividade que exija o mínimo de concentração e dedicação, como são geralmente aquelas ligadas à experiência esteja além da aplicabilidade imediata (GEC, 2020, p. 4).

Parece nítido que o esforço adicional do estudante de baixa renda durante este tempo recorre por uma discussão urgente e que deve estar na pauta pelas lutas futuras das alas progressistas. Diante a essa realidade, compreende-se que ela está intrínseca para manutenção das desigualdades no país, pois,

com a pandemia, esse processo de precarização da Educação pública ganha força, ao ser incorporado pelo governo, como solução para a dificuldade de oferta presencial, ao promover a substituição das atividades presenciais por atividades a distância, utilizando recursos e metodologias da Educação a Distância (EAD). Tal substituição foi regulamentada pelo Parecer 05/2020, do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual prevê a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual em razão da pandemia da COVID-19. O objetivo é que, ao final da situação de emergência, haja uma redução da carga horária presencial a ser reposta e, ao mesmo tempo, que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares, mesmo afastados do ambiente físico da escola. O que vemos é uma mescla de homeschooling com EAD, ou seja, a escola envia atividades para os alunos realizarem em casa, cabendo aos pais ou responsáveis o acompanhamento e responsabilidade pelo desenvolvimento das mesmas (GEC, 2020, p. 4).

Conforme esse ponto de vista, nota-se que os desafios no curso da experiência dos sujeitos se exprimem de forma evidente ou disfarçada. Ou seja, é mais evidenciada por aqueles que detêm um senso crítico e percebe que a falta de equidade social e econômica no país implica várias dificuldades aos sujeitos de baixa renda. Disfarçadamente, os “discursos” liberais jogam a responsabilidade aos alunos, criando uma imagem do esforço individual, da meritocracia.

Entretanto, se nessa linha interpretativa existem atores que procuram formas de alienação aos mais desfavorecidos, colocando-os como responsáveis por sua trajetória social, em outra análise, determinados atores políticos pensam em estratégias para mitigar os impactos durante o tempo de Pandemia no país. Nesse interim,

duas propostas criam auxílio financeiro para que os alunos possam contratar planos de internet. O PL 3.462/2020, apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), cria o Auxílio-Conexão para assegurar o acesso dos estudantes integrantes de famílias de baixa renda à educação a distância por meio do acesso à rede internet em banda larga fixa e móvel. Já o senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), apresentou o PL 3.466/2020 que cria subsídio permanente através do Programa Bolsa Internet, destinado à subvenção aos serviços de conexão à rede mundial de computadores para famílias brasileiras de baixa renda (AGÊNCIA SENADO, 2020).⁷

⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/25/projetos-buscam-assegurar-acesso-a-internet-a-estudantes-durante-pandemia>. Acesso em: 02 out. 2020.

Evidente que apenas essas ações não vão resolver o profundo fosso da desigualdade no Brasil. No entanto, atitudes como essas merecem destaque por consistir em projetos que visam o progresso no curto, médio e longo prazo, sobretudo voltado às populações acometidas pelas mais variadas formas de coerções sociais e econômicas no território do Brasil.

Acredita-se que as mudanças são gradativas, embora, neste momento, necessitem de urgência. Sendo assim, por meio de projetos como estes, é possível viabilizar condições um pouco melhores as que antecederam a ausência de conectividade em rede. Se esta carência não pode garantir plenitude ao ensino, ela pode, ao menos, abrir espaço para reflexões como estas, as quais também tentam demonstrar realidades e cobrar, na medida do possível, atitudes similares.

É muito importante ter em mente que os alunos estão em um momento fortemente desfavorecido em virtude da Pandemia em curso. Igualmente relevante é colocar em ênfase que a educação deve ser democratizada em todos os aspectos, inclusive (principalmente!) no atual momento. Por isso, vale a pena destacar o que a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), reitera sobre a relação Pandemia-educação.

A pandemia, portanto, não revoga o que está previsto no artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos: “Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

A pandemia também não revoga o artigo 205 de nossa Constituição, que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (ONU/UNICEF, 2020, p.6, grifos da instituição/autor/a).

Tendo em vista este importante texto, é imperativo recorrer ao debate de que a educação é um direito universal e que deve estar no âmago do combate das desigualdades sociais no planeta, em especial no Brasil. Alunos e alunas situadas por realidades precárias devem ser acolhidos por políticas sócio-históricas-reparadoras, intentando democratizar esse bem tão caro para a futuridade social. Portanto, chegamos à conclusão de que esse é mais um momento no qual se impõe o agravamento das desigualdades sociais, demonstrando o quanto é necessário investir na educação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz de uma conscientização da importância de vidas humanas e do respeito à dignidade dos sujeitos, faz-se necessário fazer as considerações finais deste artigo abordando aspectos fundantes da relação educação-pandemia, pelo viés dos alunos e professores brasileiros, estes, que passam por uma situação delicada.

Antes de qualquer coisa, o educador, assim como o alunado, no Brasil, consegue “sentir na pele” toda a carga de desigualdade, precarização e descaso histórico para com a educação. A Pandemia apenas desnudou essas questões que são tão caras para a sociabilidade, criticidade e emancipação dos sujeitos.

Especificando as considerações aos professores, percebem-se várias realidades. Dificuldades com a tecnologia, sobretrabalho, falta de amparo social, psicológico, emocional, dentre outros.

Por sua vez, os problemas dos alunos não ficam por menos. Falta de materiais didáticos, tecnologias de acesso, internet, suporte pedagógico, emocional, familiar, entre muitos outros.

Nesse interim, pensa-se que devem ser criadas medidas de alcance eficaz para esses sujeitos que são vítimas de um descaso histórico. Essas medidas precisam permanecer como projeto inclusivo, independente da ala política e ideológica, até porque, como se sabe, a educação está correlacionada a vários aspectos econômicos e sociais de um país.

Por fim, deixa-se aqui uma mensagem de esperança para que este momento passe o mais breve possível e que a “nova normalidade” tenha por característica a solidariedade e compromisso para erradicação das desigualdades e democratização dos direitos, entre eles de uma educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Projetos buscam assegurar acesso à internet a estudantes durante a pandemia.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/25/projetos-buscam-assegurar-acesso-a-internet-a-estudantes-durante-pandemia>. Acesso em: 02 out. 2020.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Educação remota emergencial:** elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020.

BRASIL- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *In: Nota técnica nº 32/2020/assessoria-AB/GM/GM.* Brasília, 2020.

COLETIVO DE ESTUDOS EM MARXISMO E EDUCAÇÃO - COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro, 2020.

Grupo Educação, Comunicação e Tecnologia – GEC. Educação em tempos de pandemia: reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela COVID-19. Org.: Nelson de Luca Pretto, Maria Helena Silveira Bonilla, Ivânia Paula Freitas de Souza Sena. Salvador: Edição do autor, 2020.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEHER, Roberto. Em virtude da pandemia é necessário discutir o planejamento do sistema educacional: parecer do CNE sobre atividades escolares desconsidera as consequências da pandemia e da crise econômica. *In: Carta Maior*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Em-virtude-da-pandemia-e-necessario-discutir-o-planejamento-do-sistema-educacional/54/4...> Acesso em: 02.out.2020.

Organização das Nações Unidas (ONU)/BRASIL/Fundo das Nações Unidas para criança (UNICEF). **Educação em tempos de pandemia**: direitos normatização e controle social/um guia para Conselheiros Municipais de Educação. Brasília, 2020.

PASINI, Carlos Giovanni Delevati; CARVALHO, Élvio de; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho. Educação Híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações. *In: Texto para discussão*. Observatório Socioeconômico da COVID-19. Santa Maria, 2020.

Práticas docente: 30 depoimentos sobre como a escola foi recebida em casa. *In: Lourdes Atié* (entrevistadora/coletora dos depoimentos). 8.mai.2020. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/depoimentos-sobre-escola-em-casa/>. Acesso em: 02.out.2020.

SAMPIERI, R. H., CALLADO, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). **Metodologia da pesquisa** (5ed.). Porto Alegre: Penso, 2013.